

“Elefantes nas salas”¹ onde os públicos encontram a “ciência”?: Uma resposta a Darrin Durant, “Refletindo sobre a expertise: Wynne e a autonomia do público leigo”

“Elephants in the rooms” where publics encounter “Science”?: A response to Darrin Durant, “Accounting for expertise: Wynne and the autonomy of the lay public”

Brian Wynne

Brian Wynne é Professor de Estudos da Ciência e Diretor Associado do Conselho de Pesquisa Econômica e Social do Reino Unido (UK ESRC, na sigla em inglês) do Centro para os Aspectos Econômicos e Sociais da Genômica (CESAGen), na Universidade de Lancaster.; e-mail: b.wynne@lancaster.ac.uk

Publicado originalmente em Public Understanding of Science, 2008, 17: 21-33.

Tradução de Patricia Bonilha

Resumo

O texto discute a questão da divergência entre o saber público e o saber perito, criticando o chamado “modelo de déficit público”, frequentemente adotado como esquema explicativo por órgãos científicos, políticos e empresariais. Em resposta à crítica de Durant, segundo quem o autor outorgaria um status de reflexividade aos atores leigos, destituindo os especialistas de sua própria capacidade reflexiva, o artigo sustenta que as habilidades de conhecimento, assim como as capacidades hermenêuticas coletivas e independentes de cidadãos, não respondem à ciência como nós a compreendemos, mas, sim, com seus próprios significados coletivos.

Palavras-chave: Compreensão pública da ciência, saber leigo, saber perito.

¹ Nota da tradutora: “Elephant in the room” é uma expressão idiomática pouco comum em português, cujo significado é que algo óbvio está sendo ignorado e/ou que há uma questão ou um problema que se está preferindo não discutir, ignorar. “Um elefante em uma sala” é algo que não teria, a princípio, como ser ignorado; portanto, se está sendo ignorado é porque foi feita a escolha de ignorá-lo, de optar por questões tangenciais ou irrelevantes em vez de lidar com a questão principal.

APRESENTAÇÃO

Fabrina Furtado

Fabrina Furtado, Doutoranda em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da UFRJ, mestre em Economia Política Internacional pela Universidade de Warwick da Inglaterra (2001) e formada em Economia e Relações Internacionais pela Universidade de Reading da Inglaterra (2000). E-mail: f.furtado7@gmail.com

Raquel Giffoni Pinto

Raquel Giffoni Pinto é formada em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em sociologia e antropologia. Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Atualmente é professora de sociologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). email: raquelgiffoni@gmail.com

Conflitos ambientais articulam-se, com frequência, a conflitos cognitivos. Nas controvérsias desencadeadas em tais situações, são, via de regra, evocados tanto saberes leigos como saberes científicos. Atores do campo científico – em geral, das ciências ditas duras – são, com frequência, mobilizados para fornecer elementos que permitam legitimar práticas espaciais tidas por ambientalmente danosas e criticadas por sujeitos sociais que julgam estar sendo, por estas práticas, atingidos de forma indesejável. A percepção popular dos efeitos indesejados de tais práticas é, por vezes, apresentada como pouco capaz de restituir relações causais pertinentes e empiricamente comprováveis. São abordagens críticas aquelas que procuram valorizar as falas dos sujeitos sociais atingidos, considerando que estas permitem problematizar a propensão à vigência de certo etnocentrismo aplicado à análise dos efeitos das práticas espaciais – notadamente das formas dominantes de apropriação do espaço sobre as demais. Nos casos conhecidos de assédio processual a cientistas sociais que estudam conflitos ambientais – questão tratada no presente dossiê – o que os representantes dos interesses que se consideram prejudicados por tais pesquisas procuram inibir é o desenvolvimento de estudos que busquem construir um quadro mais complexo dos litígios, dando conta de um diagrama de forças que compreenda o amplo conjunto dos saberes envolvidos nas controvérsias, incluindo, por certo, os saberes leigos.

No campo das ciências sociais, constituiu-se, a partir de meados dos anos 1980, uma área temática para dar conta das interfaces entre saber leigo e saber perito, assim como do modo como se expressam a preocupação e o entendimento públicos correntes acerca de fatos científicos e tecnológicos. É neste domínio – da chamada “compreensão pública da ciência” – que se deu uma interessante polêmica entre Brian Wynne e Darrin Durant. Para Wynne, as fronteiras entre ciência e não ciência são socialmente construídas; o conhecimento científico incorpora culturas e valores particulares – e não só “verdades confiáveis”. O conhecimento científico não seria apenas contestado e contestável, mas haveria mesmo uma indeterminação do conhecimento na própria noção de “confiança” no saber científico. Para Wynne, a perícia científica oficial tenderia a aplicar um saber universalístico que desconsidera especificidades locais, tais como condições diferenciadas de solo, modos de uso de equipamentos etc., que os sujeitos leigos, por sua vez, tendem a conhecer melhor. Para ele, o saber perito é, com frequência, difundido junto ao público para fins determinados de persuasão, o que termina por gerar certa desconfiança pública para com a perícia das ciências duras. Em alguns de seus estudos de caso, Wynne sustenta que tende a ocorrer uma desconsideração perita a respeito do saber local, ao lado de frequentes esforços oficiais em produzir deferência pública para com a perícia. Sendo portadores de certa crítica da indeterminação social dos modelos científicos, os detentores do saber leigo local tenderiam a exprimir, por sua vez, certo descontentamento com relação à perícia. Ou seja, os sujeitos leigos situados nas localidades onde se dão processos controversos de tal ordem perceberiam as implicações políticas das simplificações científicas.

Em seu artigo “Accounting for expertise: Wynne and the autonomy of the lay public” (“Refletindo sobre a expertise: Wynne e a autonomia do público leigo”), publicado em 2008, Darrin Durant analisa criticamente a noção de Public Understanding Of Science (P.U.S.) “compreensão pública da ciência”, tal como adotada por Brian Wynne. Para Durant, Wynne outorga um status de reflexividade aos atores leigos, mas, ao mesmo tempo, estaria destituindo os especialistas de sua própria capacidade reflexiva. Se esta noção de “com-

preensão pública” eliminou a lacuna de conhecimento entre os especialistas e o público leigo, teria estabelecido outra, de ordem ontológica. Durant parte da teorização de Wynne sobre a modernidade tardia e seus debates sobre o papel dos especialistas e do público leigo na tomada de decisões: sua primeira discussão dá-se por uma comparação entre as ideias de Wynne e as de Beck e Giddens e, a segunda, em diálogo com os trabalhos de Collins e Evans.

Wynne se opõe a três aspectos principais da tese de Giddens e Beck, a saber, de que teria havido: (a) uma transformação sócio-histórica na modernidade – de simples para reflexiva; ou seja, da confiança automática nos peritos para a confiança escolhida e calculada; (b) uma sustentação epistemológica realista a respeito dos riscos; e (c) a consideração da ciência enquanto epítome da instituição moderna autorreflexiva. Na leitura de Durant, por sua vez, Wynne veria o risco como um fenômeno cultural e hermenêutico, uma espécie de intrusão nas identidades sociais, compreendendo a ciência como uma instituição social menos autorreflexiva. Sendo assim, uma reforma política da ciência só ocorrerá se o papel cultural autoproclamado e assumido pela ciência enquanto agente de significados públicos for desafiado. A solução de Wynne para o problema da modernidade envolveria então uma “reflexividade institucional”; a solução não seria a de recorrer a mais ciência, distribuída de forma igualitária, mas, sim, a menos “cientificismo”. A ciência deveria ser menos determinística e mais ambígua nas suas identidades culturais; mais flexível e aberta, portanto, para a negociação nas suas interações com o público leigo.

Sob a óptica de Durant, Wynne entenderia que a apropriação do conhecimento por parte do público leigo seria mediada não por sua capacidade de entender as informações técnicas, mas pela confiança e pela credibilidade que investem nos representantes e nas instituições científicas. A confiança e a credibilidade seriam as variáveis dependentes e dinâmicas que derivariam das relações sociais, das redes e identidades. O conhecimento seria então uma função da solidariedade social mediada por elementos relacionais de confiança, dependência e identidade social. Assim sendo, a análise de Wynne implicaria na construção da compreensão enquanto processo de formação de identidade social.

Durant afirma que para Wynne os modelos prescritivos do ator leigo são impostos por especialistas não reflexivos, esvaziando estes atores públicos leigos das suas habilidades culturais e hermenêuticas como forma de responder às intrusões nas suas identidades. A solução proposta por Wynne seria a de melhorar essa realização através da transformação dos sistemas de especialistas em um fórum para a cultura e não somente para o conhecimento. Este projeto reconhece que a reforma da ciência exige uma “mudança institucional dos seus modos de organização, controle e relações sociais” e a expressão de identidades sociais. A questão para Durant é a de saber se estes dois elementos do projeto – reforma estrutural e identidades sociais – funcionam juntos.

Neste ponto, Durant identifica uma contradição nos trabalhos de Wynne no que se refere ao fator explicativo da base da reflexividade. Wynne, em uma nota de rodapé, afirma que “nenhum ator social é naturalmente reflexivo” e que é possível sugerir a existência de “uma simples lei de reflexividade”, tal como, digamos, “a reflexividade é inversamente proporcional ao poder”. Assim, ela seria fruto de uma relação estrutural e não de uma identidade social, tal como Wynne assumia como conceito explicativo mais fundamental. Se a “lei de reflexividade” está baseada em uma relação estrutural, então porque afirmar que “o programa de reflexividade proposto se fundamenta nas identidades sociais?”, questiona Durant. Wynne parece reconhecer esta ambiguidade, mas quer um instrumento teórico que aponte para a identidade social, preservando assim a autonomia do ator em face às relações sociais de controle.

Durant conclui que Wynne tem seu próprio modelo prescritivo do público enquanto agente reflexivo (não realizado), em contraste com o ator com “juízo embotado” (*judgemental dope*), escravo da rotina e tradição. Essa análise determinaria a solução para a ciência: a reformulação das instituições científicas via contribuições externas ao problema, enquadrando-as. Argumenta ainda que a teoria de Wynne permanece acidentalmente assimétrica com respeito ao diagnóstico do problema do comportamento dos especialistas e da participação pública. A proposta de “reforma institucional dos modos de organização, controle e relações sociais da ciência”, de Wynne, é direcionada aos cientistas e instituições científicas, que seriam a fonte do problema, por causa da “falta de reflexividade das

instituições e atores científicos”. Neste ponto, Wynne introduz as “dimensões de poder e relações sociais” para demonstrar que a reflexividade científica encontra-se “amarrada nos confins ideológicos comuns”. Desta forma, pergunta Durant: “é possível que a perspectiva da ‘compreensão pública da ciência’ atribua demônios aos cientistas para exorcizá-los e anjos ao público para validar seu envolvimento, de forma análoga à afirmação de que devemos confiar nos cientistas porque eles têm acesso especial à verdade?”. A estas avaliações críticas, Brian Wynne procurou responder em seu artigo “Elefantes nas salas onde os públicos encontram a ‘ciência’?: Uma resposta a Darrin Durant, ‘Refletindo sobre a expertise: Wynne e a autonomia do público leigo’” que apresentamos a seguir.

Introdução

Durant fez um admirável trabalho ao digerir pelo menos treze das minhas publicações sobre as interações do público com a ciência durante um determinado período, mostrando considerável resistência e paciência, além de uma notável capacidade analítica e de um espírito crítico construtivo.² Contudo, algumas, embora não todas, de suas leituras sobre o meu trabalho nessa

² Enquanto “o público” e “seus” misteriosos feitos e imaginações relacionados à “ciência” tornaram-se recentemente o foco de intenso interesse, parece-me que ainda não abordamos as questões principais. Em primeiro lugar, nosso campo deveria basear-se mais em trabalhos históricos mais amplos da filosofia política, além de incluir a resposta de Dewey ([1927] 1991) à rejeição de Lippman ([1927] 2002) a respeito do público apenas como “um fantasma”. No entanto, isso seria muito mais do que fazer uma simples (e mórbida) “filosofia política do risco”, que é como alguns estudiosos a imaginaram (por exemplo, Kusch, 2007). Os artigos de autores como Dario Gamboni (pp.162-95), Simon Schaffer (pp.196-202) e Noortje Marres (pp. 208-17), em Latour e Weibel (2005), fornecem os princípios desta nova perspectiva. Mas é surpreendente como, sistematicamente, a maioria dos textos da corrente dominante da filosofia política e da democracia deliberativa, apesar de suas importantes percepções em outros aspectos, deixa de abordar as implicações das históricas mudanças nos papéis políticos e culturais da ciência para os seus temas. Para conhecer apenas dois exemplos emblemáticos comuns, ver Benhabib (1996) e Bohmann e Lutz-Bachmann (1997). Relacionado a isso - o suposto objeto de tais significados e respostas públicas, a “ciência” (e o risco) em si, precisa ser mais cuidadosamente problematizada, diferenciada e desmontada (para simplificar, doravante, me refiro à “ciência” sem o contínuo uso das aspas, mas mantendo por completo a intenção de questionar o que é o significado desta referência comum). As “culturas do conhecimento científico” que permeiam, configuram e, talvez, obscurecem essas relações não têm sido suficientemente analisadas, especialmente nas suas sutis e variadas formas de interconstrução com os universos das políticas públicas, da controvérsia, da economia, da política e da “não política”. Nós não podemos conduzir pesquisas relevantes sobre os públicos em relação à ciência de forma apropriada a não ser que também examinemos criticamente o “elefante na sala” – ou seja, o que é essa “ciência” que supomos que as pessoas experimentam e entendem em cada uma dessas situações. O tom crítico dessas observações iniciais não se refere a Durant; trata-se de um necessário prólogo contextual. Tento abordar estes aspectos mais amplos, aqui inevitavelmente de modo apenas indicativo, em resposta às suas observações mais específicas sobre o meu trabalho.

área compartilham alguns importantes equívocos com outras discussões críticas de meus trabalhos, amplamente citadas (por exemplo, COLLINS e EVANS, 2002, 2003; KERR, 2004; KUSCH, 2007). Assim, ao mesmo tempo em que expresseo o devido respeito às ideias individuais de Durant, também faço mais algumas observações gerais, em parte para responder àquelas outras leituras da minha crítica ao chamado “modelo de déficit público” como forma de explicar a divergência entre o público e os experts.³

O que está em jogo: conhecimento especializado ou preocupações e significados?

O trabalho que Durant discutiu reflete minhas compreensões em desenvolvimento a respeito dos entendimentos – por parte de cientistas sociais, cientistas naturais e outros atores políticos – dos “públicos” que se constituem nos campos da compreensão pública da ciência (*public understanding of science*), das relações entre ciência e política, ou entre ciência e sociedade. Claro que isso tem sido realizado no âmbito das interações públicas com a expertise científica; mas em *somente um* aspecto faz sentido perguntar sobre as formas de “expertise” que os diversos públicos podem ter, e para quais delas eles têm direitos de reconhecimento. Como outros (por exemplo, COLLINS e EVANS, 2002, 2003; KUSCH, 2007), Durant assegura que esta é a questão essencial. Não compartilho desta premissa. Meu trabalho iniciou-se a partir de uma perspectiva diferente da que poderíamos chamar de dominante nesta área, assumindo sempre a *relacionalidade* como o fundamento ontológico do ser e do saber.⁴ Uma implicação disso foi mencionada anteriormente –

³ Confrontado com o curioso paradoxo do repetido abandono oficial de tais formas de explicação da divergência pública, seguido quase ao mesmo tempo pela invenção de novas versões, sugeri, de acordo com a perspectiva deste artigo, que esta obsessão pelo modelo de déficit público por parte dos órgãos científicos, políticos e industriais devem ser vistos como um indício de diagnóstico para outras questões mais profundas nessas culturas institucionais que fazem esta aparente autocontradição (ver, por exemplo, WYNNE, 2006a, 2007). Não é culpa de Durant que ele não tenha visto esses artigos mais recentes e, de qualquer maneira, a questão do modelo de déficit não é o seu foco.

⁴ Durant reconhece isso, porém tende a prestar demasiada atenção na diferença entre “relações sociais” e “identidade” no meu trabalho, como explicado mais adiante. Outro elemento distinto deste ponto de partida ontológico é também o que pode ser visto como inspirado no interacionismo simbólico, e em Gofmann (1971) como teoria social. Este é o axioma em que, em interação social, indivíduos ou organizações estão incessantemente imaginando, de forma antecipada, os pontos de vista e expectativas dos significativos outros, e se comportando em relação a essas expectativas e respostas imaginadas.

não podemos abordar o desafio da “compreensão pública” da ciência sem, ao mesmo tempo, abordar também a ambígua questão da própria “ciência” (e as suas construções normativas do público), como empírica, teórica e normativa. Esta continua sendo a questão principal. Como explico adiante, Durant e esses outros autores parecem ter reduzido as minhas questões mais amplas às suas próprias premissas inquestionáveis, quando são justamente estas premissas que tenho tentado contestar.

Historiadores como Shapin e Schaffer (1985) demonstraram, por exemplo, que desde os seus dias mais iniciais, sob a forma de filosofia natural e experimental, a ciência contou, em suas práticas epistêmico-culturais, com públicos imaginários, ao mesmo tempo refletindo-os e realizando-os, frequentemente de forma tácita. Tenho, por essa razão, sempre considerado as declarações sobre habilidades de conhecimento do público, as preocupações públicas, capacidades hermenêuticas coletivas e independentes de cidadãos (de fazer sentido, dar significado) como tendo sido feitas em relação com as asserções científicas institucionais dominantes e presumíveis. As pessoas não estão respondendo à ciência como *nós* a compreendemos. Elas estão trabalhando com *seus próprios* significados (coletivos), não com os nossos. Isso é verdade, por exemplo, nas minhas percepções sobre a questão da confiança relacionada ao tema do risco e às chamadas atitudes em torno do *risco*; as chamadas preocupações públicas em torno do risco são sempre preocupações públicas sobre suas relações sociais de dependência – e isto, o fazem racionalmente. Assim, a hipótese dominante de que as questões públicas *envolvendo* riscos são *questões de risco* constitui um grave erro, que apresenta amplas ramificações; um erro que é perpetrado não somente por instituições científicas e políticas, mas também por muitos cientistas sociais.

Esta ênfase, ontologicamente fundamentada na necessidade de reconhecer as *diferenças* hermenêuticas (de significados e preocupações, portanto, de enquadramento “da(s) questão(ões)”) também se reflete no que eu disse sobre as preocupações e as capacidades de conhecimentos do público em relação às intervenções científicas em domínios públicos. Desse modo, a maioria das queixas, incluindo as de Durant, ainda que de um modo particular,

sobre minha alegada romantização das capacidades e conhecimentos do público leigo parece ser fundada em mal entendidos na incompreensão a respeito do ponto de partida radicalmente diferente que eu tomei. Aqui, o principal ponto de discórdia que eu tenho com críticos como Collins e Evans (2002, 2003), Kusch (2007), ou críticos parciais como Kerr (2004; e talvez Durant?) não é, como eles parecem supor, sobre o alcance da “expertise leiga”. É, mais fundamentalmente, sobre o que eles supõem ser a *base* das divergências do público com relação às perspectivas de cientistas, quando estas ocorrem. Estas não são divergências de a respeito de quem detém o conhecimento, ou não só isso – sobre significados, preocupações, relações e formas de vida. Enquanto estes colegas desejam reduzir as questões públicas ao conhecimento e, portanto, à “expertise”, ou à sua ausência, eu quero insistir nas dimensões de significados e preocupações contestadas (e, portanto, no que é considerado relevante), e na negação da legitimidade desta diferença por parte das instituições científicas.⁵

⁵ Aqui eu apenas sinalizo um problema para desenvolvê-lo em outro lugar. Essa é a natureza intrinsecamente ditatorial deste processo de negação cultural institucional das preocupações daqueles cidadãos que não correspondem facilmente aos interesses e preocupações dominantes - ditatorial porque é imposto, de forma presunçosa, sobre as populações pelos governos, geralmente em nome da ciência, sem o menor indício de reconhecimento, negociação ou responsabilidade sobre quais são as preocupações que devem ser abordadas, por exemplo, em processos regulatórios que são estruturados apenas como “avaliação de risco”. Aqui, filósofos políticos e jurídicos, como Agamben (2005), e anteriormente Walter Benjamin e Carl Schmitt, descreveram a condição da política moderna como um “estado de emergência”, em que as formas normais de contrato político entre Estado e cidadania, em que as garantias constitucionais de direitos, responsabilidades e liberdades básicas dos cidadãos, são suspensas por referência a condições excepcionais - de emergência e desordem incipiente - que afirmam prevalecer. Os debates filosóficos se baseiam na questão de que se hoje em dia, este estado de “emergência” de insegurança por parte das autoridades institucionais não é mais para ser visto como temporário, já que é sempre realizado no contexto de modos garantidos de restaurar o constitucionalismo democrático normal, ou se, por várias razões, agora se tornou a norma, e permanente. Agamben utiliza o conceito de “o campo”, como em campos nazistas de concentração de judeus, para exemplificar o que ele afirma ser este estado geral de dissolução dos direitos e de identidades cívicas - de reconhecimento humano (distinto da sobrevivência biológica apenas). À primeira vista, isso parece extremo, mas o que é notável no contexto atual é apenas como essa discussão filosófica deixa de examinar como a tecnociência como cultura pública moderna, ordem e autoridade, especialmente desde os meados dos anos de 1950 e com a chegada da era das armas nucleares (ver Weart, 1988), foi instalada como prática de facto, claro que não explicitamente formalizada em lei, de negação da legitimidade, das capacidades, de cidadãos coletivamente articularem preocupações independentes e significados públicos que não podem ser domesticados e controlados por formas científicas de representação. Estas diferenças são fundamentalmente políticas, ou seja, por quais formas de sociedade, necessidade social e relações sociais queremos lutar a favor e contra. Deixam, então, que tal conflito e diferença, assumidos como são pela ciência como o discurso dominante público, sejam conduzidos indiretamente, em nome da ciência; e a profunda diferença e alteridade, às quais respostas cidadãs indicam, mas que são ameaçadores para as autoridades imbuídas com reflexos expressamente científicos e culturais, são, assim, negados, em vez de direcionados para o que são. Discursos de risco,

Tenho, portanto, dito que essas preocupações públicas *não são predominantemente preocupações sobre ser ilegitimamente desqualificado e excluído do debate e das decisões dos especialistas sobre uma questão de conhecimento como “quais são os riscos?”*,⁶ que Collins e Evans e a maioria das próprias instituições políticas e científicas supõem ser a questão de política pública. Elas dizem respeito, antes, à imposição supostamente hegemônica das preocupações tidas por relevantes – e, portanto, das questões de conhecimento tidas por relevantes e dos conhecimentos tidos relevantes – a serem reconhecidas em primeiro lugar no quadro público de sentidos relativo ao assunto em pauta. Isso normalmente envolve uma redução das complexas questões multidimensionais envolvidas na avaliação das inovações tecnológicas sociais à questões de risco científico.⁷ Enquanto Collins e Evans parecem querer fazer uma separação entre estas questões de atribuição de significados públicos, por um lado, e as questões de conhecimento, por outro, como questões “políticas”, reservando estas últimas para serem tratadas por outras instituições mais democráticas, este tipo de esquema formal deveria considerar as complexidades observáveis tais como o fato de que estas dimensões “científicas” e “políticas” nun-

stamente institucionalizados como as chamadas “questões de risco públicas”, são a forma definitiva desta negação e exclusão autoritárias, não só das preocupações, mas das capacidades autônomas e dos direitos legítimos dos cidadãos comuns. Como filósofos políticos (GUTMANN, 2003; BENCHABIB, 1996) expressaram, fundamentalmente, as questões subjacentes chamadas “questões de risco” e as controvérsias dizem respeito ao (não) reconhecimento dessas diferentes preocupações, capacidades (e assim também, mas derivadamente, os saberes) dos cidadãos que são ignorados em nome da “ciência”. Esta redução apolítica de questões, e a consideração dos cidadãos e das suas diferenças da cultura de base científica como inábeis, portanto, não presentes, não podem ser consideradas como brutalmente deliberadas, violentas ou totalitárias, como os campos de concentração nazistas. No entanto, pode-se ver alguns elementos fundamentais de identidade em termos da recusa ditatorialmente presumida e imposta de reconhecimento moral, desta vez obscurecida por discursos científicos e mistificações.

⁶ Esta é a origem do “problema de extensão” de Collins e Evans (2002), no qual eles afirmam que, propostas como a minha, para reconhecer o conhecimento e a capacidade do leigo, potencialmente expandem a participação leiga em deliberações tecnocientíficas ao ponto do ridículo. No entanto, eu abordava um tema diferente que eles se recusam a reconhecer, que é o de reconhecer as legítimas, mas muitas vezes diferentes bases hermenêuticas e ontológicas desses saberes e preocupações cidadãs, e as preocupações que estes grupos de cidadãos, muitas vezes, portanto, têm sobre a falta de reconhecimento de suas realidades por parte dos peritos institucionais. Isso não é falta de reconhecimento especializado de sua experiência putativa.

⁷ Durant parece estar imaginando o mesmo quando ele se refere (DURANT, 2008: 10) à “solução de Wynne [para a alienação pública que eu vejo como causada pela falta de reconhecimento pelas instituições especialistas] é aumentar a satisfação através da expansão de sistemas especialistas... em um fórum de cultura, não apenas de conhecimento.” É difícil ver como se poderia abordar o que tenho em mente através de “a expansão de sistemas especialistas”, que parece ainda estar constrangida dentro da reinstituição de um quadro monolítico de significado coletivo que afirmo ser o problema central.

ca são muito claramente separáveis e que, pelo contrário, devem ser vistas como constituindo-se mutuamente, na prática. Além disso, como elas são apresentadas em público puramente como “ciência”, a “ciência” inevitavelmente atua como autoridade pública e, portanto, invariavelmente carrega incontáveis compromissos normativos. Ou seja, trata-se de uma política “apolítica”.⁸ Esta “ciência” está imbuída de, e moldada, por imaginações não declaradas e, portanto, sub-repticiamente normativas, do público como vazio e ameaçador.

Por exemplo, chamar questões públicas sobre novas tecnologias que envolvem risco, mas que também envolvem muitas outras questões, de “questões de risco”, é afirmar: (i) que as preocupações e os significados públicos são exclusivamente relativos a riscos; e (ii) que a divergência pública em relação aos pronunciamentos de especialistas deve ser, portanto, devida à rejeição ou desconhecimento público da ciência do risco. Assim, na medida em que o argumento do déficit público apresentado como explicação para as divergências públicas nos assuntos envolvendo riscos técnicos é abandonado, ele vai sendo reinventado porque as premissas impostas quanto aos significados para o público não permitem nenhuma outra conclusão lógica para explicar a divergência pública (WYNNE, 2006a, 2007). Assim, o modelo de déficit está morto – vida longa ao modelo do déficit!

Públicos (e cientistas) como agentes reflexivos ou irreflexivos? Por que “um ou o outro”?

Considerando meus próprios pontos de partida ontológicos situacionais e relacionais, estou um tanto aliviado que Durant não tenha encontrado, ou tenha sido educado demais para ressaltar, mais inconsistências e contradições em um conjunto de trabalhos desenvolvido através de vários contextos e casos em um período de cerca de vinte e cinco anos. No entanto, uma importante inconsistência identificada por ele é a tensão entre o “público” visto, de um lado, como um coletivo de sujeitos individuais reflexivos; e de outro, como atores de “juízo embotado” e vazio, cumprindo de modo comportamen-

⁸ Ver, por exemplo, Wynne e Felt (2007: ch 4), e Wynne (2007). Isso é apenas onde a falta de problematização da “ciência” (pública), acima referida, bate pesado – e isso lamentavelmente por importantes analistas de estudos científicos como Collins.

talista os ditames de qualquer norma sociocultural prevalecente no seu entorno. Minha perceptível oscilação entre estes modelos de atores públicos “subsocializados” e “sobressocializados” é de fato relevante, como observou Durant.

Enquanto um “elefante” – o público – está claramente na sala, o outro é deixado inquestionado dada sua condição inerente, de elefante, de não falar. Como Durant indica, mas apenas obliquamente (e, portanto, sem aprofundar), as mesmas questões sobre reflexividade ou “juízo embotado” dizem respeito à ciência como uma instituição e a cientistas ou peritos como atores individuais. Assim, a própria ideia de “reflexividade institucional [de peritos]” que eu evoco em Wynne (1993), reconhecendo-a como uma contradição-em-termos, também entra em foco como um ponto de interrogação. Durant afirma, de modo melancólico, que fui bem sucedido em desconstruir e estabelecer uma divisão epistêmica entre públicos leigos e especialistas somente para substituir isso por uma diferença ontológica essencial (de um tipo particular). Embora eu tenha sempre acreditado que tais conflitos são principalmente ontológicos – sobre formas de vida e relações – por trás das suas diferenças epistêmicas representadas, minha diferença ontológica não é, de modo algum, aquela presente na leitura de Durant.

Para começar, claro que há diferenças epistêmicas – quer dizer, diferenças de poder – entre cientistas e não cientistas⁹ sobre questões técnicas relevantes para o treinamento científico. Mas uma segunda menos óbvia diferença epistêmica é função de uma diferença também ontológica (e hermenêutica) mais básica; e aqui, diferentemente do primeiro caso, as questões epistêmicas não são “fechadas” e determinadas por um quadro estabelecido de seja qual for a cultura de expertise a que se tenha atribuído autoridade. Ao contrário, elas são (ou, de preferência, deveriam ser) abertas a respeito do quais *são* as preocupações, portanto, questões e, portanto, conhecimentos relevantes? E que prioridades e objetivos sociais imaginados ajudam a definir os critérios para que um conhecimento seja tido como válido? Por exemplo, se for dada prioridade à sustentabilidade ambiental de longo prazo, isso pode demandar

⁹ Isso não precisaria ser dito mas, aparentemente, apesar de tê-lo dito o suficiente, parece que penso diferente, porque isso não é, obviamente, tão supérfluo como pode parecer.

princípios epistêmicos integrais e compreensivos, inevitavelmente em detrimento da precisão e (pois) exclusão e controle (artificial). Na maioria dos conflitos públicos envolvendo ciência, essas são as diferenças epistêmicas substantivas – e tacitamente ontológicas (e hermenêuticas) –, sobre *que questões o conhecimento deveria abordar e, portanto, que (combinações de) conhecimentos deveriam estar em jogo*.¹⁰

Desse modo, ambigüamente, o conhecimento deve ser considerado válido ou não válido de acordo com seu status proposicional-probatório ou com a sua relevância para o tratamento da questão reconhecida (ou ambos). Em questões públicas envolvendo ciência, essas duas formas de validade são, com frequência, confundidas, (ou também, como ocorre em Collins e Evans (2002, 2003), reduzidas ao status proposicional-probatório), de modo que a diferença normativa ontológica real é, portanto, silenciosamente suprimida em favor de compromissos dominantes. A ciência é implicada nesta política porque esta política silenciosa ocorre em nome da ciência aquiescente.

A esta altura, deve estar claro que não entendo por que Durant fez tanto estardalhaço sobre a minha “ereção” da diferença “ontológica” entre especialistas e públicos – exceto que sua ideia desta diferença ontológica é totalmente diferente da minha. Sua versão centraliza o que ele considera ser minha afirmação “ontológica” essencialista, de que especialistas são intrinsecamente não reflexivos, enquanto os públicos são intrinsecamente e implacavelmente reflexivos (DURANT, 2008, p.10). Como ele também observou, eu sugeri uma lei inversa da reflexividade, que é inversamente proporcional ao poder, mas, reclama (*Ibid*) que eu a “enterrei” em uma nota de rodapé. Nas situações em que analisei as interações entre público e ciência, onde a ciência estava sendo promulgada como uma tentativa contestada de autoridade pública, para além das proposições científicas, o alcance relativo da auto reflexividade era, como descrevi – muito maior para os públicos receptores sem poder do que para os cientistas mergulhados, enquanto agentes, no nexo institucional entre política, assessoria científica, economia política e poder. Mas isso não significa que

¹⁰ Tais conflitos ocorrem com frequência em relação aos conflitos científicos também, mas são mal interpretados como deterministas e, assim, resolvidos apenas por melhores evidências ou cálculos.

esta diferença representava um reflexo das qualidades essenciais de seus sujeitos. Para esclarecer, continuo afirmando esta diferença, embora nem remotamente do modo como Durant coloca, enquanto uma afirmação da diferença *intrínseca e ontológica* da reflexividade entre cientistas e públicos. Ao contrário, abro caminho para exatamente o que afirmei na nota de rodapé “enterrada” no texto: a reflexividade dos atores é uma função de seu poder situacional e das suas condições institucionais sociais relacionadas. Não estou interessado em categorizar as diferenças de conhecimento, ou diferenças de reflexividade “ontológicas” entre atores leigos e especialistas. As diferenças são contingentes; o que não significa, de modo algum, que elas sejam facilmente revisadas, ou sem substância. Minha perspectiva analítica situacional pode também ser mantida com respeito à enfadada questão da “autoreflexividade” da ciência. Neste caso, Durant, como muitos outros, falha em não distinguir entre “ciência” como cultura de pesquisa e busca de conhecimento científico e “ciência” como aspirante ao conhecimento com autoridade pública.¹¹

Vale também ressaltar que, o que seria uma excelente discussão e conexão, realizada por Durant, sobre o debate da reflexividade nos estudos da ciência entre, por exemplo, Bloor e Lynch (e mais recentemente, entre Bloor e Latour) e o meu em torno dos encontros públicos com o domínio da ciência, falha, no entanto, exatamente pela falta da problematização com a qual iniciei meu texto, ou seja, sobre o que queremos dizer por “ciência” em tais do-

¹¹ O último, é claro, barganha sobre a imagem pública do anterior, pela sua autoridade; e a fusão dos dois se insere nesta política: assim mais uma razão para enfatizar a distinção, que é mais ainda decepcionante quando o trabalho de estudos da ciência não consegue fazer isso. Para a “ciência” assumida como pesquisa científica, eu adotaria a abordagem de Barnes e Bloor (1982; BARNES et al., 1996), reconhecendo que há muito mais auto reflexividade coletiva aqui. Isto se manifesta quando pressupostos e compromissos que poderiam, de outro modo, permanecer incontestados e assumidos como princípios normativos de tendências funcionais no sentido do dogmatismo das culturas científicas disciplinares (KUHN, 1962) tornam-se sujeitos em vez de desafio e contestação. No entanto, como Barnes e Bloor observaram, isso não é apenas porque, como Popper colocou, os cientistas são intrinsecamente auto desafiados e intransigentemente provisórios como um coletivo. Usando, entre outras coisas, o detalhado trabalho empírico sobre ciência de Kuhn, eles argumentaram contra a sabedoria convencional de que na medida significativa em que a ciência investigatória consegue mostrar tal auto desafio coletivo e, assim, abertura intelectual, trata-se de uma função contingente de três principais características estruturais da ciência: (i) seu elevado grau de extensão e dinâmica diferenciação em muitas subculturas científicas; (ii) sua alta mobilidade de profissionais científicos entre estas diferentes comunidades de conhecimento; e (iii) a natureza extremamente competitiva da cultura científica em geral. Assim, a ideia de uma diferença essencial sobre reflexividade como uma diferença decisória entre culturas de peritos leigos e científicos não é algo que eu teria reconhecido. Eu levo a sério o aspecto da relacionalidade.

mínios. Os intercâmbios de estudos científicos sobre esta questão têm sempre focado na ciência como pesquisa e atividade de produção de conhecimentos especializados, enquanto a minha argumentação tem se dado sempre em torno de uma “ciência” muito diferente, ou seja, aquela que está sendo implantada com pretensões a autoridade pública.

Relações sociais e identidade como fatores explicativos: diferenças contingentes

Durant questiona a aparente oscilação entre, por um lado, o uso de “relações sociais” como um fator explicativo para a formação das crenças dos públicos leigos em relação à ciência e, por outro lado, como “identidade social”. Assim como acontece com a questão da reflexividade, ele vê minha distinção como essencialista, enquanto eu não reconheço isso de modo algum. Tenho sido bastante explícito ao dizer que, para mim, identidade social tem de ser entendida como uma função das relações sociais (mesmo se, algumas vezes, para algumas pessoas, estas relações podem ser tão estáveis ao ponto de serem identificadas enquanto uma relativamente inequívoca “identidade social”, polivalente e sempre emergente, como também se gostaria de reconhecer). O caso do criador de ovelhas de Cúmbria, próximo à usina de reprocessamento nuclear de Sellafield, depois da precipitação radioativa de Chernobyl, é, aqui, ilustrativo. Esta precipitação que caiu sobre as montanhas e ovelhas de Cúmbria foi identificada pelas autoridades britânicas como a causa dos impactos severos (cientificamente administrados) sobre o gado ovino. No entanto, vários fatores levaram à crença generalizada da responsabilidade *local* de *Sellafield* pela contaminação; fator anteriormente ocultado. O irmão de um agricultor, como também outros vizinhos no vale, trabalhou na usina de reprocessamento, além de ajudá-lo na fazenda. Ao contrário das conhecidas representações românticas em torno da criação de ovelhas em colinas, as relações sociais e as identidades eram múltiplas e heterogêneas. Como este agricultor explícita e repetidamente afirmou em entrevista, acreditar que *Sellafield* era, pelo menos parcialmente, responsável por esse dano – como muitos outros agricultores acreditaram – prejudicaria o compromisso local com a usina e o papel central da mesma na economia e sociedade local. Isso ameaçaria as (algumas

das) próprias valiosas relações sociais e de identidade do irmão do agricultor. No entanto, seus contatos agrícolas mais distantes – que também eram parte central de suas relações sociais e de identidade – acreditaram nesta causa local (e disseram isso para mim) mesmo sendo muito cuidadosos ao dizer isso de forma mais aberta e direta nos círculos locais onde isso importava. Ele estava passando por um problema de identidades e crenças contraditórias, enraizado em sua prática simultânea de relações sociais incompatíveis, em diferentes redes de significados outros; e ele foi articuladamente autorreflexivo em sua ambivalência a respeito disso. Assim também foram os outros que acreditaram, por boas razões, na responsabilidade parcial de *Sellafield*, mas que não queriam perturbar as relações locais disputando abertamente a versão oficial científica e política de total inocência de *Sellafield*. Estes atores relativamente impotentes não poderiam ou não fariam o que a poderosa ciência e política institucional é frequentemente capaz de fazer com tais contradições: exteriorizá-las através da negação cotidiana. Assim sendo, não posso reconhecer aqui uma distinção clara entre “identidade social” e “relações sociais”. O fato de uma ou de outra ser enfatizada é, acredito, uma questão contingente.¹²

Reimaginando as conclusões das pesquisas sobre “compreensão pública da ciência”

Da mesma forma, a questão da “distribuição da reflexividade” levantada anteriormente também é contingente. Assim, o elemento chave da troca de ideias entre Lynch e Bloor sobre como devemos entender o ator-sujeito do conhecimento – reflexivo ou de juízo embotado? – é a questão que Bloor coloca de que, nos termos de Durant (2008, p. 12), “algum tipo de juízo embotado é necessário: fatos sociais intencionais (tais como atos de autorreferência) repousam sobre disposições não intencionais (ou seja: hábitos, costumes, natureza

¹² Aqui não posso fazer muito mais do que citar, em apoio total, Bonnie Honig (1996: 275): “The social dimensions of the self’s formation as a subject-citizen require and generate an openness to its continual renegotiation of its boundaries and affiliations in relation to a variety of (often incommensurable) groups, networks, discourses, and ideologies.” [Cuja tradução livre feita pela tradutora é: “As dimensões sociais da formação do eu como sujeito-cidadão exigem e geram uma abertura para sua contínua renegociação de seus limites e filiações em relação a uma variedade de (muitas vezes incomensuráveis) grupos, redes, discursos e ideologias.”] Obviamente, tais redes e relações sociais não são casuais, mas também não são totalmente e de forma determinista selecionadas pelos sujeitos. A questão é a entrelaçada qualidade mútua de “auto identidade” e “relações sociais”, e sua múltipla fluidez, pelo menos nas complexas sociedades modernas.

biológica) (BLOOR, 2004, p. 596-7)”. Podemos ser “cegamente conscientes” porque o “automatismo” está sempre embutido nos processos de socialização.

Como também afirmou Bloor, esta é a questão central no que diz respeito às instituições. As instituições e pelo menos algum tipo de “embotamento de juízo” são essenciais como formas coletivas de economia social que tornam a vida social viável. Não podemos voltar aos princípios iniciais o tempo todo. Mas em qualquer dada situação estas não são propriedades essencialistas, reflexivas ou irreflexivas. Os sujeitos reflexivos de Lynch não são eliminados por este hábito institucional de induzir o “embotamento do juízo” ou, nos termos de Bloor, a automaticidade. O alcance e as distribuições de cada tipo de qualidade são funções das condições sociais, culturais e institucionais. Assim, nem todo comportamento institucional – e podemos incluir a ciência aqui – é de atores com o juízo embotado. Como eu disse (WYNNE, 1993), a reflexividade está sempre em tensão com este caráter social essencial de rotinização, e nenhum “grau de reflexividade” deve ser essencializado, mesmo que possa ser observado, em maior ou menor grau, em determinadas situações.

Durante crítica (p. 11) meu silêncio sobre este debate da reflexividade no que diz respeito a meu diálogo crítico com Collins e Evans em 2003 já que eu tinha me referido a ela em 1996, e sugere que “este é um silêncio instrutivo, já que este debate prefigurava uma característica implícita do debate da ‘Terceira Onda’: modelos de ator [Collins e Evans vs. Wynne, et al.]”. Mas a questão é que, assim como definir o que é “perito” com respeito a “leigo” nunca foi a minha principal preocupação, a discussão sobre “modelos de ator” também nunca foi o ponto central das minhas controvérsias com Collins e Evans, e nem de nenhum outro trabalho meu. Minha questão com Collins-Evans foi coerente com a forma como frequentemente me posiciono em torno, geralmente, das próprias instituições e não com relação aos amigos sociólogos. Isto tem a ver com a relutância destes autores em reconhecer a incapacidade das instituições dominantes que operam em nome da “ciência”, incluindo os organismos científicos, reconhecerem que as questões políticas contestadas *envolvendo* a ciência não são, como eles assumem, somente *questões científicas* como “risco”. São questões *públicas*, o que significa que a identificação e o tratamento das dife-

rentes preocupações públicas deve ser uma responsabilidade das instituições envolvidas. Elas não são simplesmente “políticas” e, portanto, alocáveis a outros domínios e agentes institucionais, como teria feito Collins. Esta demarcação categórica não pode ser justificada uma vez que muitas dessas preocupações são *sobre* ciência. Por exemplo, sobre como a ciência foi inexplicavelmente estabelecida como um agente fundamental de uma economia política baseada em promessas científicas não factuais; de como a ciência está configurada para exagerar o que ela pode controlar e prever; e, provavelmente, também sobre a rejeição autoritária – por parte da política operando com aceitação científica implícita em nome da “ciência” – das preocupações e dos diferentes significados públicos relacionais como sendo inexistentes ou sem expressão.¹³

Romantizando os públicos? Ou mobilizando a política e a diferença

O problema da insistente imposição ditatorial deste quadro analítico “apolítico” cientificista sobre a vida pública é totalmente obscurecido pela erudição acadêmica que insistentemente foca a atenção em questões secundárias como a de categorizar a perícia ou discutir se são os públicos ou os cientistas que sabem mais. Essa absurda preocupação acadêmica reforça o *diktat*¹⁴ cientificista de significados públicos “apolíticos” e impostos. Esta imposição como uma forma de política, e o papel da ciência nela tem sempre sido a minha preocupação central. As acusações, às quais rejeito, de que construí uma narrativa romântica a respeito do perito leigo que sabe mais do que os cientistas também cai nessa armadilha porque refletem e reforçam a postura normativa dominante de que o significado atribuído pelo público nessas questões que envolvem a ciência não é uma questão cívica, mas sim devidamente dada pela ciência.

Tomemos por exemplo a incompreensão e o uso indevido feitos por Kusch (2007) da minha clara afirmação de que *todo cidadão democrático* é legitimamente um ator em contestação com instituições peritas. Ele a apresenta como uma afirmação de Wynne sobre a qualificação de todos os cidadãos pa-

¹³ Eu não acho que os acadêmicos deveriam se desculpar pela inevitável política que esse tipo de agenda de pesquisa envolve, embora nós devemos ser claros sobre isso, como eu explico brevemente em Wynne (2006b).

¹⁴ Noção historicamente ligada ao Tratado de Versalhes e que designa vontade imposta pela força (nota da tradutora).

ra envolverem-se em deliberações de experts em torno de propostas de políticas, como as relativas aos riscos ambientais e à saúde por plantações transgênicas (geneticamente modificadas), ou a probabilidade de explosão de uma usina nuclear. No entanto, eu estava claramente me referindo à capacidade de todos os cidadãos de se envolverem na negociação do significado público (dominante) em torno das questões específicas a serem abordadas quando “uma questão pública” emerge. Esta deturpação reflete presumível imposição do autor das mesmas velhas estruturas cientificistas de significado sobre estas questões, ou seja, os significados dos especialistas – isto é, apenas questões científicas – que, então, definem as questões e preocupações públicas a serem abordadas. No entanto, esta declaração de Wynne nunca conteve tal afirmação. Fiz uma referência explícita (WYNNE, 2003), por exemplo, em resposta a Collins e Evans (2002), à minha conhecida questão de que as preocupações e significados públicos legitimamente diferem das dos peritos (e entre si, muitas vezes, também), e que *todos os cidadãos* são, em princípio, legítimos participantes no que deveria ser a negociação deliberativa de tais significados públicos.

Esta responsabilidade pelo enquadramento de sentidos não é uma questão de especialista. No entanto, cego para esta questão dos significados públicos abertos, Kusch, ao contrário, assume-a como sendo uma afirmação de Wynne de que todos os cidadãos democráticos têm, no mínimo, o mesmo conhecimento (ou conhecimento superior) que o perito! Logo, Wynne é um romanizador populista! Kusch apenas, presumivelmente, impôs seu próprio objeto de referência à minha afirmação sobre a qualificação do público, excluindo o meu próprio objeto de referência no processo. Desse modo, ele julgou minha afirmação em oposição ao seu próprio critério arbitrariamente imposto! Kerr (2004) realiza uma distorção semelhante, embora mais temperada e mais surpreendente, para chegar a uma crítica semelhante da minha suposta romantização das capacidades de conhecimento do público. Sua crítica é ainda mais surpreendente já que esta autora reconhece plenamente que as preocupações dos cidadãos comuns (em relação às inovações da genômica, em seu próprio trabalho) são ignoradas, com frequência, sem nenhum problema, pelas instituições científicas e políticas. Assim, ela também implicitamente reconhe-

ce a questão da diferença ontológica e hermenêutica que tenho sublinhado.

Estas leituras equivocadas pressupõem exatamente aquilo que eu estava explicitamente questionando, ou seja, a afirmação de que a única questão pública em jogo é aquela – propositiva – para a qual a perícia relevante pode ser dirigida. Quando percebemos que a questão fundamental diz respeito ao modo como várias preocupações e significados públicos distintos – em acréscimo às questões científicas de risco – são elementos de preocupação legítima que a questão pública reconhecida deverá contemplar, ou pelo menos, reconhecer para com ela negociar, e só excluir por motivos justificáveis, fica claro que todos os cidadãos democráticos estão, em princípio, qualificados para participar legitimamente em tais negociações coletivas – isto é o que afirmei e continuarei afirmando. A questão é que as qualificações e as negociações referem-se àquilo que é reconhecido como entendimento público coletivo e, portanto, a respeito das perguntas e saberes que devem ser considerados relevantes e, não apenas, a respeito de uma questão propositiva qualquer em si.

CONCLUSÕES

A crítica de Durant sobre o que ele afirma ser uma romantização do público refere-se à minha suposta afirmação de sua maior reflexividade *essencial* em comparação com a dos cientistas. Espero ter explicado porque não aceito isso. Isto posto, evapora-se, então, a queixa da romantização, pelo menos no caso de Durant. No caso do suposto conhecimento em si, ao contrário de tais alegações, como as de Kusch (2007) e até mesmo de Kerr (2004, p. 138-142), nunca expressei qualquer crença romântica idealizada no sentido de que “os públicos sabem mais que os cientistas”. Esta falsa descrição da minha posição só reforça a redução normativa científico-institucional da multiplicidade de coletivos ontológicos e epistêmicos em jogo na sociedade em geral – o que Irwin e Michael (2003) chamam, a partir Rabinow (1996), de “assembleias etno-epistêmicas” – a uma posição cientificista hegemônica. A capacidade cívica coletiva, a “multiplexidade” e a diferença enquanto agência independente foram eli-

minadas neste processo, e subordinadas à agência tácita do saber-poder político e econômico vigente. Minha questão não diz respeito a quem tem o melhor conhecimento, mas sobre como, em questões públicas, *múltiplos* saberes, refletindo *diferentes* preocupações prioritárias, são geralmente proeminentes e têm de ser respeitados, validados tanto quanto possível, e, se necessário, negociados em conjunto (embora não se deva supor uma unidade ou consenso).

Desse modo, minhas afirmações nunca foram pouco qualificadas ou descontextualizadas do tipo “os públicos sabem mais do que vocês [cientistas e peritos]”. Em vez disso, estavam voltadas para dizer que “os públicos sabem mais do que você *acha que eles sabem*” (isto é, relacionalidade e alteridade); e que “eles sabem mais, sobre *algumas* questões relevantes, do que você” (isto é, diferença ontológica). Falei também, como explicado anteriormente, da qualificação, em princípio, cívica universal de estar envolvido na negociação democrática coletiva de tais significados públicos, o que não deve ser confundido, como Durant e outros têm feito, com qualquer alegação suposta, mas espúria, de qualificação cívica universal para negociar conhecimentos especializados propositivos.¹⁵ É difícil entender como estudiosos sérios puderam ler as minhas interpretações e análises relacionais de estudos de caso como se fossem afirmações incondicionais de uma idealizada superioridade de conhecimento público sobre os especialistas.

A única maneira que eu posso compreender esta persistente incompreensão, na qual eu não incluo Durant, é de supor que estes autores não entenderam ou decidiram rejeitar, este argumento relacional e ontologicamente (e epistemicamente) fundamental. Eles têm, ao contrário, reproduzido a enraizada ideologia institucional cultural dominante, individualizada e reducionista, que nega as diferenças e é efetivamente anti cosmopolita e obcecada com a apresentação de uma imagem de controle, não importa quão inconcebível

¹⁵ Collins e Evans (2002, 2003) dispensam minha ênfase sobre essa dimensão da qualificação leiga - eu não uso o termo *expertise leigo* já que eu acho que ele não é apropriado aqui - como simplesmente a qualidade humana geral de “sociabilidade.” Isso seria suficiente se não fosse o fato de que o âmbito do exercício cívico de tal possível sociabilidade tem sido radicalmente atenuado pela subsunção de grande parte do domínio dessa negociação em discursos públicos científicos presuntivamente enquadrados que são, por definição, exclusivos, não só em relação às próprias questões propositivas, mas também, mais problematicamente, em relação a negociar a soberania adequada de tais conhecimentos sobre áreas de legítimas contestação social e diferença. Ver, por exemplo, Young (1996).

isto pareça na prática. Esta afirmação implícita dos compromissos ontológicos dominantes também adota uma política não declarada em nome da “ciência”, ou seja, de que apenas definições cientificistas instrumentais do significado público devam ser reconhecidas como significados e preocupações públicas legítimas, e que outras diferentes articulações sociais legítimas de significados e preocupações coletivas não existem. A meu ver, este é mais um exemplo do que, estendendo-se o modelo do déficit público às racionalizações do dissenso público, Laclau (2005) estava dizendo quando se referiu a “o ‘povo’ e a produção discursiva do vazio”.

Nesses processos históricos, “o público” é uma construção imaginada e indiretamente realizada pela ciência e pela política. Estas performances projetam uma forma normativa substantiva de “público” que reflete as preocupações e inseguranças institucionais dominantes (incluindo inseguranças sobre ter de abordar a diferença humana ontológica genuína, a diferença epistêmica na forma de ignorância e incerteza, e, assim, reconhecer a falta de controle). Essas qualidades da cultura política institucional científica dominante, que sistematicamente nega os legítimos “outros” relacionais, são o que o campo acadêmico da “compreensão pública da ciência” deveria ajudar a iluminar, enquanto fatores negligenciados que moldam as reações do público ao que é chamado de ciência.

Por isso, esta exclusão do relacional, até mesmo enquanto pergunta, não é em si um compromisso meramente epistêmico, mas um compromisso normativo ontológico. Se não reconhecemos, enquanto princípio, a capacidade autônoma dos cidadãos de coletivamente construir significados públicos independentes, o que, naturalmente, requer também o reconhecimento de suas capacidades intelectuais estruturadas de modo independente (existe alguma forma de prática competente que não seja também, de algum modo, epistêmica?), apagamos a cidadania democrática e a sociedade civil.¹⁶ É uma contradição em termos falar de democracia a respeito da ciência e, ao mesmo tempo, subsumir a cidadania a aceitação coletiva de significados públicos exter-

¹⁶ Ver Szerszynski e MacGregor (2006) que, de acordo com Arendt, discutem a falta de autenticidade de noções de agência cidadã enquadrada e imposta a partir dos próprios cidadãos e coletividades de fora.

namente impostos, de forma ditatorial, em nome da ciência e do “risco”. Assim, a condição implícita para o reconhecimento dos cidadãos pelas instituições políticas instruídas pela ciência seria a de que eles acolhessem a estruturação reducionista de problemas e significados tal como eles são impostos por essas instituições políticas e seus especialistas. Isso significaria, por exemplo, aceitar o que Collins e Evans (2002) afirmam, no sentido de que uma questão pública como a energia nuclear é “apenas” uma questão sobre se ela é segura (e, portanto, aceitar a proposição absurda de que o parlamento já decidiu democraticamente todas as outras questões não técnicas como também a própria definição das questões técnicas). O mesmo aplica-se às plantações geneticamente modificadas, que têm sido insistentemente definidas por instituições políticas especializadas como apenas uma questão científica de risco.¹⁷

Este tipo de condição para o reconhecimento continua significando a efetiva anulação de uma política democrática constituída através da negociação entre agentes livres da sociedade civil, um legislativo democrático e instituições políticas afins, agências estatais e outros órgãos legítimos. Reconhecer e abordar essa diferença parece ser uma ameaça para as instituições políticas dominantes “enculturadas” na ciência e que, implicitamente, veem “o público” e a diferença tácita que ele representa sob a forma de uma ameaça fundamental de desordem. Argumentei em outro texto que essa rejeição, que ressoa um pouco com a noção de “Estado de Exceção” discutida por Agamben (2005), e a profunda atenuação da política descrita por Arendt (2005), pode ser atribuída à poderosa e pouco notada mudança no papel da ciência que vem

¹⁷ Neste caso, uma dimensão ética das preocupações públicas também foi mais tarde reconhecida em princípio (GASKELL et al., 1997; GASKELL e BAUER, 2006), mas significativamente de uma forma que só reforça a minha tese. Assim, a questão ética de organismos geneticamente modificados (OGM) foi reconhecida, mas excluída como uma questão pública, coletiva, de duas maneiras conectadas: primeiro, preocupações éticas, como a questão “brincando de Deus”, foram definidas apenas como questões individuais privadas, portanto, tratáveis através da rotulagem e da livre escolha individual privada no mercado; em segundo lugar, preocupações éticas públicas sobre exagero institucional de controle e de conhecimento das futuras consequências foram reduzidas à avaliação de risco e entregues de volta para os cientistas, assim, como efeito, alimentando a preocupação que era para resolver; uma terceira forma de interesse público, sobre a falta de benefícios e a falta de debate social sobre questões de benefícios, acaba de ser ignorada (mas ver UK ACRE, 2007) por causa da tradição capitalista regulatória de que qualquer produto apresentado por qualquer promotor de decisão regulatória, por definição, é igual ao benefício social prospectivo, porque o empresário livre definiu que seria assim. Para uma discussão mais aprofundada ver WYNNE (2001).

ocorrendo desde os anos de 1950, de uma ciência que *informa* a política pública para uma ciência que, agora, também provê a *política pública com seus significados*. Com isto quero dizer que, primeiro, imaginações técnico-científicas de inovações em um amplo leque de áreas da vida social tornaram-se os fins imaginados da política pública, criando as condições da adoção das inovações para esses fins; e, mais especificamente, quando tais inovações potenciais se defrontam com questões sociais, praticamente a única forma pública de preocupação, e, portanto, a única questão pública reconhecida pelas instituições políticas, é a do “risco”. Este, portanto, inadvertidamente ou não, torna-se o significado público pelo qual tais questões são definidas como *questões públicas*. Gostaria de sugerir que as ciências sociais, especialmente aquelas que afirmam lidar com a relação entre os públicos e a ciência, tenham a responsabilidade de questionar essas concepções, em lugar de reproduzi-las e reforçá-las. Com o devido respeito, acho que Durant, por omissão, navegou próximo demais deste lamentável turbilhão. Ele não está só.

Parece especialmente irônico que uma instituição historicamente voltada a associar-se a um *ethos* cosmopolita de abertura, como é a ciência, caminhe, cada vez mais na direção oposta. Que típicos integrantes do público tenham sempre – e por uma boa razão – desejado compreender a ciência em termos de suas realidades institucionais, de suas formas de propriedade, controle, imaginação e direção, e não apenas, ou mesmo principalmente, em termos do conteúdo técnico, é algo que tem sido reconhecido no nosso campo há anos (Wynne, 1991). Estas dimensões da “ciência” e suas versões do que seja o “público”, incluindo “interesse público” ou “bem público”, continuam requerendo atenção.

Abstract

The text discusses the current divergence between public knowledge and expert knowledge, criticizing the so-called “public deficit model”, frequently presented as explanation by scientific, political and industrial institutions. In response to Durant’s criticism, according to which the author gives a status of reflexivity to lay actors, denying to specialists their own reflexive capacity, the article sustains that the knowledge abilities, as well as the collective and independent hermeneutic citizens capacities, don’t respond to science as we understand, but in their own collective meanings.

Key-words: Public understanding of science, lay knowledge, expert knowledge

REFERÊNCIAS

1. AGAMBEN, Giorgio. *State of Exception*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2005.
2. ARENDT, Hannah. *The Promise of Politics*. New York: Schocken Books, 2005.
3. BARNES, Barry; BLOOR, David. Relativism, Rationalism and the Sociology of Knowledge. In: M. Hollis and S. Lukes (eds). *Rationality and Relativism*. Oxford: Blackwell, 1982, pp. 21-47.
4. _____; _____; HENRY, John. *Scientific Knowledge: A Sociological Analysis*. London: Athlone, 1996.
5. BENHABIB, Seyla (ed.). *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.
6. BLOOR, David. Institutions and Rule-Scepticism: a Reply to Martin Kusch. *Social Studies of Science* 34(4):593-601, 2004.
- ^{BO}HMANN, James; LUTZ-BACHMANN, Matthias (eds.). *Kant’s Idea of Perpetual Peace*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.
7. COLLINS, Harry; EVANS, Robert. The Third Wave of Science Studies: Studies in Expertise and Experience. *Social Studies of Science* 32(2): 235-96, 2002.
8. _____; _____. King Canute Meets the Beach Boys: Responses to the Third Wave. *Social Studies of Science* 33(3): 435-52, 2003.

9. DEWEY, John. *The Public and Its Problems*. Athens, OH: Ohio University Press, orig. pub. Swallow Press, ([1927] 1991).

^{DU}RANT, Darrin. Accounting for Expertise: Wynne and the Autonomy of the Lay Public Actor. *Public Understanding of Science* 17(1): 5-20, 2008.

^{GA}MBONI, Dario. Composing the Body Politic: Composite Images and Political Representation, 1651–2004. In: B. Latour; P. Weibel (eds.). *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*. Cambridge MA and London: MIT Press, 2005, pp. 162-95.

10. GASKELL, George; BAUER, Martin (eds.). *Genomics and Society: Legal Ethical and Social Dimensions*. London: Earthscan, 2006, p. 44-59.
11. _____ ; _____ ; DURANT, John. Europe Ambivalent on Biotechnology. *Nature* 387: 845–7, 1997.
12. GOFMANN, Erving. *Relations in Public: Micro-Studies of the Public Order*. New York: Basic Books, 1971.
13. GUTMANN, Amy. *Identity in Democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003.
14. HONIG, Bonnie. Difference, Dilemmas and the Politics of Home. In: S. Benhabib (ed.), *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996, pp. 257-77.
15. IRWIN, Alan; MICHAEL, Mike. *Science, Social Theory and Public Knowledge*. Maidenhead: Open University Press and McGraw-Hill, 2003.
16. KERR, Anne. *Genetics and Society: a Sociology of Disease*. London and New York: Routledge, 2004.
17. KUHN, Thomas Samuel. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
18. KUSCH, Martin. Towards a Political Philosophy of Risk. In: T. Lewens (ed.). *Risk: Philosophical Perspectives*. London: Routledge, 2007, p.131-55.
19. LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. London and New York: Verso, 2005.
20. LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter (eds. *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*. Cambridge, MA and London: MIT Press, 2005.
21. LIPPMAN, Walter. *The Phantom Public*. New Brunswick and London: Transaction Publishers, ([1927] 2002).
- ^{MA}RRES, Noortje. Issues Spark a Public into Being. In: B. Latour; P. Weibel (eds.). *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*. Cambridge, MA and London: MIT Press, 2005, p. 208-17.
22. RABINOW, Paul. *Essays in the Anthropology of Reason*. Chichester, UK and Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

23. SCHAFFER, Simon. Seeing Double: How to Make up a Phantom Body Public. In: B. Latour; P. Weibel (eds). *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*. Cambridge, MA and London: MIT Press, 2005, p. 196-202.
24. SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the Air Pump: Hobbes, Boyle and the Experimental Life*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1985.
25. SZERSZYNSKI, Bronislaw; MacGREGOR, Sherilyn. *Environmental Citizenship and the Administration of Life draft paper*. Lancaster University Centre for Science Environment Technology and Culture (CSEC), Department of Sociology, 2006.
26. UK ACRE. *Managing the Footprint of Agriculture: Towards Comparative Assessment of the Risks and Benefits of Novel Agricultural Systems*. Advisory Committee on Releases to the Environment of GMOs, UK DEFRA (Department for Environment, Food, and Rural Affairs), 3 de maio de 2007.
27. WEART, Spencer. *Nuclear Fear: a History of Images*. Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 1988.
28. WYNNE, Brian. Knowledges in Context. *Science, Technology and Human Values*. 16(1): 111-21, 1991.
29. _____. Public Uptake of Science: a Case for Institutional Reflexivity. *Public Understanding of Science* 2(4): 321-33, 1993.
30. _____. Creating Public Alienation: Expert Discourses of Risk and Ethics on Genetically Manipulated Organisms. *Science as Culture* 10(4): 445-81, 2001.
31. _____. Seasick on the Third Wave: Subverting the Hegemony of Propositionalism. *Social Studies of Science* 33(3): 401-17, 2003.
32. _____. Public Engagement as Means of Restoring Trust in Science? Hitting the Notes, But Missing the Music. *Community Genetics* 9: 211-20, 2006a.
33. _____. Afterword. In: M. Kearnes; P. Macnaghten; J. Wilsdon. *Governing at the Nanoscale: People, Policies and Emerging Technologies*. London: Demos, 2006b, p. 70-85.
34. _____. Risky Delusions: Misunderstanding Science and Mis-performing Publics in the GE Crops Issue. In: I. Taylor (ed.). *Genetically Engineered Crops: Uncertain Science, Fragile Policies*. Vancouver: UBC Haworth Press, 2007, p. 235-57.
35. _____. Felt, U. Taking European Knowledge Society Seriously. *Report EUR 22700*, European Commission, Science Economy and Society. Brussels: D-G Research, 2007.
36. YOUNG, Iris. Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy. In: S. Benhabib (ed.). *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996, p. 120-35.